



Projeto de Resolução n.º 1513/XIV/3.^a

Recomenda ao Governo que assegure o apoio ao tecido social e empresarial afetado pelo encerramento da refinaria da Galp em Matosinhos e salvguarde a sustentabilidade ambiental do território

Em comunicado de 21 de dezembro de 2021, a Galp anunciou a decisão de descontinuar as operações de refinação em Leça da Palmeira, Matosinhos, a partir de 2021, e concentrar as suas atividades de refinação e desenvolvimentos futuros no complexo de Sines.

Percebendo o impacto desta decisão, sobretudo no que respeita ao destino dos trabalhadores afetos àquela unidade industrial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requereu a audição com carácter de urgência do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

À data, o Governo reiterou que a transição energética não pode «deixar ninguém para trás» e esclareceu que o Fundo para uma Transição Justa, inicialmente pensado para as zonas mineiras e para as centrais a carvão, tinha sido alargado a outros territórios com indústrias poluentes, incluindo o concelho de Matosinhos.

As repercussões locais e nacionais do encerramento do complexo petroquímico foram, entretanto, corroboradas pelo estudo de impacto socioeconómico encomendado pela Câmara Municipal de Matosinhos à Universidade do Porto. Neste âmbito, o município promoveu a criação de um grupo de trabalho de acompanhamento da situação, que tem cooperado com a CCDR-N e o Ministério do Ambiente e da Transição Climática.



O Fundo para uma Transição Justa tem como objetivo ajudar a uma adaptação às novas oportunidades de emprego através do investimento na formação e na requalificação dos trabalhadores e dos candidatos a emprego, da assistência na procura de emprego, bem como de medidas de inclusão social.

Tem sido evidente, ainda, o esforço de cooperação institucional do Governo com o Município de Matosinhos e destes com a Galp, procurando responsabilizar e envolver a empresa, no respeito estrito pelo Plano Diretor Municipal de Matosinhos em vigor, e encontrar soluções de atividade económica não poluente e ambientalmente sustentável para o atual perímetro da refinaria.

Por outro lado, com visível contributo da Presidência Portuguesa da União Europeia, é claro que as instituições comunitárias defendem uma transição justa para os processos de descarbonização da economia. A criação do Fundo para uma Transição Justa pela União Europeia e os resultados obtidos na Cimeira Social do Porto são demonstrativos do empenho europeu e nacional na minimização dos impactos sociais e económicos da transição climática.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:



1. Assegure o devido acompanhamento pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Direção-Geral de Energia e Geologia do projeto de desmantelamento da refinaria e de descontaminação de solos;
2. Promova a criação de instrumentos de apoio aos trabalhadores afetados direta e indiretamente pelo encerramento da refinaria;
3. Promova o apoio e a capacitação das empresas sediadas ou a sediar em Matosinhos, principalmente nas áreas da transição climática e digital, que contribuam para diversificação económica da região e para a minimização do impacto social e económico resultante do encerramento da refinaria, criando os apoios adequados à sua fixação no concelho.

Palácio de S. Bento, 15 de novembro de 2021

As Deputadas e os Deputados,

Joana Lima

Hugo Pires

Nuno Fazenda

Tiago Barbosa Ribeiro

Hugo carvalho



Eduardo Barroco de Melo

Isabel Oneto

Rosário Gambôa

Cristina Mendes da Silva

Carla Sousa

Alexandre Quintanilha

Constança Urbano de Sousa

Carlos Brás